Os Reinos Ibéricos na Idade Média

Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Coordenação de

Luís Adão da Fonseca
Luís Carlos Amaral
Maria Fernanda Ferreira Santos

Vol. II

editora Civilização

FICHA TÉCNICA

Obra publicada ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre a Faculdade de Letras
da Universidade do Porto e a Livraria Civilização

Copyright © 2003 Livraria Civilização Editora

Todos os direitos reservados
1.ª edição / Setembro 2003

Fotocomposição e paginação electrónica,
impressão e acabamentos efectuados na
Companhia Editora do Minho, S. A. – Barcelos,
para Livraria Civilização Editora no mês de Maio de 2003

Depósito Legal n.º 196233/03

ISBN da colecção: 972-26-2060-6
ISBN do Vol. II: 972-26-2135-1

Livraria Civilização Editora
R. Alberto Aires de Gouveia, 27
4050-023 Porto

civil@mail.telepac.pt

Ilustração da Capa: conjunto de escudos de armas do Livro do Armeiro-Mor
(séc. XVI), IAN/TT, Lisboa

Tendo em conta a grande diversidade de normas de citação
bibliográfica utilizadas pelos autores nacionais e estrangeiros, e
apesar dos esforços do grupo de coordenação no sentido de promover
a uniformização das mesmas, foi decidido respeitar-se
integralmente as opções tomadas pelos autores.
Os coordenadores aproveitam, também, para agradecer toda a generosa
colaboração dada pelas Dras. Maria Idalina Azeredo Rodrigues e
Maria Ondina do Carmo, funcionárias do Departamento de
História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na
preparação do presente Livro de Homenagem.

Um projecto museológico e de animação cultural para S. Jorge — Campo Militar de Aljubarrota

João Gouveia Monteiro *

No dia 14 de Agosto de 1385, Portugal viveu, como se sabe, um dos momentos mais importantes da sua história. Naquela tarde, nos campos de S. Jorge (escassos quilómetros a sul de onde mais tarde seria erguido o Mosteiro de Santa Maria da Vitória), resolveu-se a crise sucessória que, desde a morte de D. Fernando (em Outubro de 1383), agitava o pequeno reino português.

Não cabe aqui retomar a narrativa desta batalha, uma das mais importantes da história medieval europeia, não só pela sua indesmentível *relevância política*, como pelo seu *alcance diplomático* (aqui se construiu o caminho para a assinatura do Tratado de Windsor) e mesmo pela sua representatividade no *plano táctico-militar* (Aljubarrota constituiu uma eloquente aplicação da 'táctica inglesa' celebrizada na Guerra dos Cem Anos).

Ainda assim, vale a pena lembrar que o combate de S. Jorge é um dos mais bem conhecidos de toda a história militar medieval do velho continente. Isso se deve à circunstância de a ele se terem referido com largueza, três dos melhores cronistas tardo-medievais europeus: o nosso Fernão Lopes, que escreveu a sua *Crónica de Dom João 1*uma geração depois do acontecimento; Pêro López de Ayala, cronista e chanceler do rei de Castela, testemunha ocular do prélio, no qual foi feito prisioneiro; e Jean Froissart, um reputado cronista francês, que compôs dois relatos distintos da batalha, um com base em informações recolhidas na corte do conde de Foix, da boca de um cavaleiro gascão que terá combatido em S. Jorge, e o outro na sequência de uma entrevista feita ao fidalgo beirão João Fernandes Pacheco, provalvelmente aquando de uma passagem deste por Middelburg (actual Holanda), em finais de 1389.

Entretanto, ao testemunho dos três ilustres cronistas, associam-se ainda outros elementos informativos, desde a curta narrativa constante da *Crónica do Condestabre* (c. 1431-1440) a um brevíssimo mas precioso acrescento introduzido, entre 1456 e 1460, no *Sumario de los Reyes de Espana*, passando pela célebre carta escrita pelo próprio monarca castelhano à cidade de Murcia, escassos 15 dias após a batalha e onde são recordados os principais momentos do combate.

Mas há mais. No campo militar de S. Jorge existe ainda uma pequena ermida, mandada erguer por NunAlvares em 1393. Segundo a respectiva lápide, ela assinala o local aproximado onde esteve implantada a bandeira do Condestável durante a refrega. Finalmente, realizaram-se, entre 1958 e 1960, trabalhos de escavação arqueológica no campo de S. Jorge, dirigidos pelo Tenente Coronel Afonso do Paço, os quais puseram a descoberto um vasto dispositivo de entrincheiramento defensivo (composto por fossos e por covas-de-lobo) decerto gizado pela hoste de D. João I com vista a surpreender o adversário, e, poucos metros a sul da capela, uma vala comum onde se encontravam depositados perto de 2.800 ossos humanos. Muito recentemente, os trabalhos de investigação científica de uma pequena e muito pluridisciplinar equipa que tive o prazer de coordenar permitiram alargar as pesquisas de Afonso do Paço a outra zona do campo de batalha (onde foram de novo encontrados vestígios de fortificação acessória do terreno), assim como estudar por métodos modernos o material osteológico acima referido[1].

---

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 2001-2002, Professor convidado da Universidade Paul Valery (Montpellier III).

[1] Estes trabalhos foram realizados por uma equipa da Universidade de Coimbra que incluiu, além da minha pessoa, os Doutores Fernando Pedro Figueiredo, Lídia Catarino, Helena Catarino, Eugenia Cunha, Carina Marques e Vítor Matos. Os resultados desta investigação foram publicados em livro pela recentemente refundada Imprensa da Universidade de Coimbra, sob o título *Aljubarrota Revisitada* (Coimbra, 2001).

Em suma, dispomos hoje sobre a Batalha de Aljubarrota (isto é, sobre o ittinerário dos dois exércitos beligerantes, sobre os seus objectivos estratégicos e tácticos, sobre o local exacto da ordália, sobre a provável disposição das tropas anglo-portuguesas no terreno, sobre os obstáculos naturais por elas construídos, sobre a configuração táctica genérica do combate, sobre os seus actores e o armamento que utilizavam) de um manancial de informação extraordinário, que não hesitamos em considerar de verdadeiramente raro na história militar medieval ibérica.

E, no entanto, que partido têm tirado os Portugueses deste potencial invulgar? Não andarei muito longe da verdade se disser que, tanto do ponto de vista estritamente científico, como do ponto de vista didáctico, o Campo Militar de S. Jorge tem sido votado a um esquecimento deveras embaraçoso. Repare-se que, nos inícios dos anos 60, já *depois* dos importantes trabalhos arqueológicos levados a cabo por Afonso do Paço, o Estado português decidiu construir o leito da Estrada Nacional n.^{Q} 1 passando *por cima* do campo de batalha! Escusado será dizer que isso implicou a perda, para sempre, de muita informação arqueológica relevante sobre a batalha (fortificações acessórias, armamento, etc), um estrago irreparável e que a construção que se lhe seguiu, de ambos os lados da estrada, se encarregou de aumentar.

Mais recentemente, os trabalhos que coordenei, entre 1995 e 1999, no campo de batalha realizaram-se também em condições extremamente precárias, em terreno particular. Para ali trabalharmos, necessitámos, por isso, da autorização do seu proprietário, o que não impediu que, durante um intervalo da campanha, uma boa parte do terreno surgisse *cimentada* para efeitos de venda de pequenos trabalhos de olaria artesanal à beira da estrada...

Actualmente, graças sobretudo à acção do Governo Civil de Leiria e das Câmaras de Porto de Mós e da Batalha, bem como do Director do Campo e Museu Militares de S. Jorge e da recém criada Associação dos Amigos do Campo Militar de S. Jorge, tem-se feito uma grande campanha de sensibilização da opinião pública, a qual vem - felizmente - despertando o maior interesse dos órgãos de comunicação social, locais e nacionais, facto que muito me apraz registar. Entendo, por isso, que chegou a altura de dizer com clareza o que se pretende para o campo de batalha de Aljubarrota, quer do ponto de vista científico, quer no plano mais amplo da pedagogia da História e do turismo cultural (matérias em que cabe também ao historiador assumir as suas responsabilidades). Na nossa modesta opinião, a questão envolve pelo menos quatro vertentes (as duas últimas das quais trataremos aqui com maior vagar), que terão de ser consideradas separadamente, pese embora o seu carácter obviamente complementar.

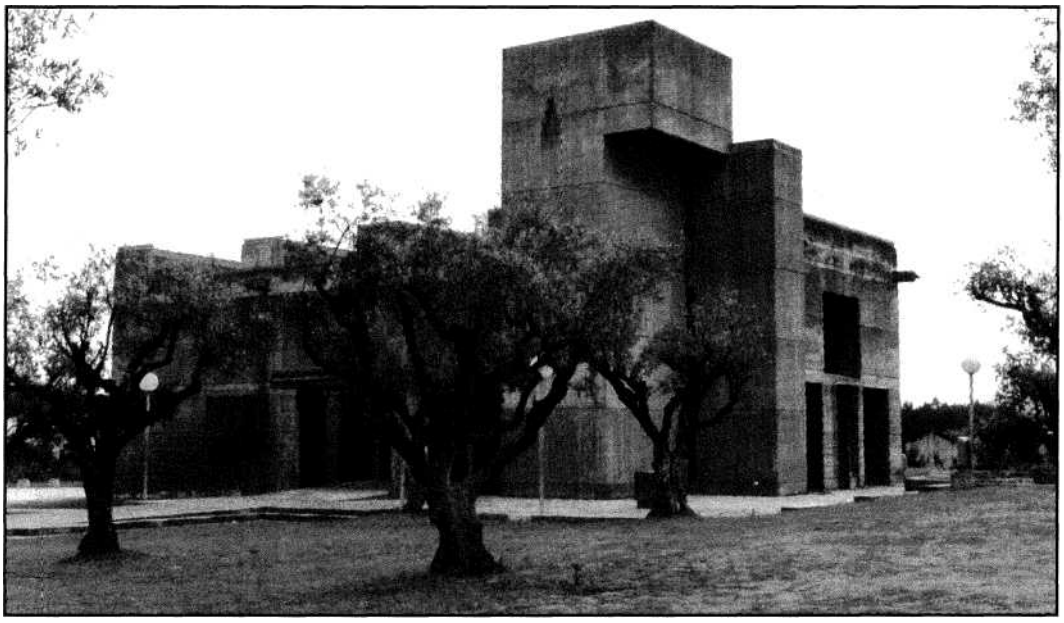
1. Em primeiro lugar, somos de parecer de que o Estado português, através dos seus organismos próprios (nomeadamente o IPPAR), deveria proceder a *uma imediata classificação do que ainda resta do campo de batalha.* No momento em que escrevo estas linhas (Outubro de 2001) está em marcha este processo, na sequência de um pedido apresentado pelo próprio Exército português. Torna-se urgente que ele seja concluído, dentro de uma lógica de serenidade e de equilíbrio capaz de conciliar os legítimos interesses da população e do município de Porto de Mós com a obrigação nacional de proteger aquele espaço, através da criação de uma área *non aedificandi* minimamente significativa e que garanta o futuro do campo militar.

Fora dessa área, mas confinante com ela, deverá ainda ser considerada a necessidade de, embora existindo a possibilidade de promover construções, elas ficarem sujeitas a parecer positivo dos órgãos competentes (IPPAR), os quais poderão - havendo motivos cientificamente válidos para tal - ordenar a realização de *intervenções arqueológicas de reconhecimento prévias.* Definido este novo enquadramento, o Estado deveria encarar de uma vez por todas a necessidade de adquirir, a preços justos, uma série de terrenos ainda particulares, aumentando com isso, consideravelmente, a área pertencente ao Campo Militar de S. Jorge.

2. Garantidos aqueles objectivos, seria então possível pensar seriamente, e em condições de dignidade científica, na *instalação de uma estação arqueológica no campo de batalha de Aljubarrota.* Em nosso entender, essa estação deveria começar por ser situada no terreno onde decorreu a campanha arqueológica dirigida por Helena Catarino, de forma a possibilitar a exploração 'em extensão' desse terreno, facto que permitiria seguir o rasto dos obstáculos encontrados em Junho de 1999 e, com isso, formar uma ideia de conjunto muito mais favorável da extensão e da disposição do sistema de entrincheiramento defensivo gizado pelo exército de Nun'Álvares.

Seria desejável, parece-me, que essa estação arqueológica funcionasse em regime de continuidade durante um período mínimo de um ou dois anos, para da sua existência se poderem retirar os devidos dividendos e conclusões científicas (nomeadamente identificação de novos fossos e covas-de-lobo, recolha de espólio bélico e, eventualmente, de novo material osteológico, etc).

3. Em terceiro lugar, creio que é urgente construir *um programa de renovação do Museu Militar da Batalha de Aljubarrota.* Como é do conhecimento geral, o respectivo edifício, desenhado pelo Arquitecto Bruno Soares e inaugurado em 1986, acha-se implantado no próprio campo de batalha, numa zona particularmente aprazível (terraplenada, ajardinada e arborizada), uma circunstância que devemos certamente ao projecto de arranjo paisagístico concebido pelo Arquitecto Caldeira Cabral.



Vista exterior do Museu Militar da Batalha de Aljubarrota

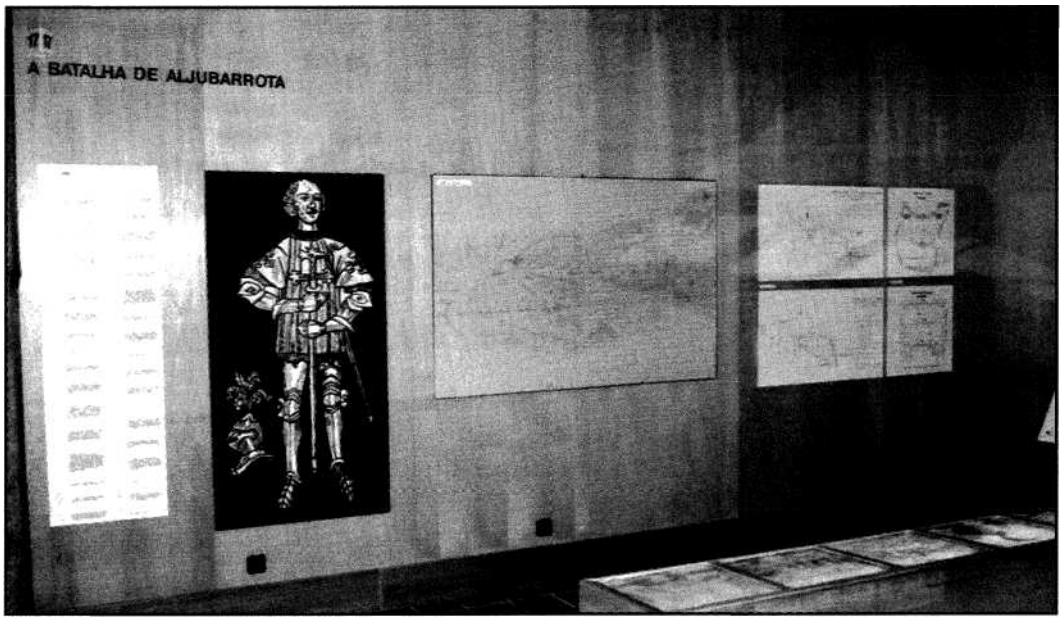
De traça exterior bastante marcada, quase marcial, com o betão por pintar, com um dos alçados em forma de torre e um outro, do lado sul, incorporando um enorme janelão virado para o campo de batalha, este Museu acha-se dividido em dois pisos. No rés-do-chão, para além dos serviços de apoio técnico, da Direcção e de uma loja-cafetaria, encontramos um átrio com perto de 53 m2 e duas salas rectangulares que ligam entre si, a primeira com 45 m2 (a qual, sublinhe-se, abre completamente para o piso de cima) e a segunda com 68 m2. No piso superior, temos outras duas salas, também com comunicação entre si, mas ambas de dimensões mais generosas: aquela que designaremos como a sala n.^{Q} 3, um comprido rectângulo, tem uma superfície de 108 m2, enquanto que a sala n.^{Q} 4, de planta quase quadrada, apresenta 88 m2 de área. Ambas confluem, nos seus lados interiores, num amplo varandim entremeado de canteiros, todo ele debruçado sobre a sala n.^{Q} 1 do edifício.

Portanto, no total, e descontando as zonas de apoio da entrada, o Museu Militar da Batalha de Aljubarrota abriga uma 'área museológica útil' de c. 300 m2, desigualmente repartida pelos seus dois pisos (37% em baixo e 63% em cima). O pavimento (semelhante ao do Museu Monográfico de Conímbriga, mas a pedir um enceramento urgente) é em mosaico de grés, enquanto que as paredes se apresentam em betão descofrado e por pintar, tendo no entanto sido, em grande parte, revestidas com placas de madeira de tons claros (solução que se encontra também, parcialmente, ao nível dos tectos, onde existem, aliás, numerosas entradas de luz). Esta opção pela madeira clara foi também seguida na maior parte do mobiliário (vitrinas, bancos, mesas) que se encontra distribuído pelas várias salas.

Do ponto de vista da sua organização interna, o Museu Militar da Batalha de Aljubarrota (pensado, a este nível, com grande carinho, dedicação e competência, pelo Senhor Tenente General Themudo Barata e pelo Senhor Coronel Engenheiro Francisco de Sousa Lobo) estrutura-se em torno de uma opção principal: as duas salas do piso inferior foram reservadas, quer para a caracterização da civilização do Ocidente europeu durante a Baixa Idade Média (rotas comerciais, problemas sociais e religiosos, evolução cultural, calamidades públicas, Casas reais, Ordens Militares, etc), quer para a descrição das principais facetas e peripécias da Crise Nacional de 1383-1385 (combates, tratados de paz, divisões sociais e políticas, alcaidarias, reuniões de cortes, etc). Ao todo, são 12 os módulos temáticos que preenchem as duas salas do rés-do-chão do Museu.

Quanto ao piso superior, é todo ele dedicado à organização militar medieval: à organização, ao recrutamento, às fortificações (incluindo actualmente uma maqueta de volumes didáctica de um hipotético castelo português dos finais da Idade Média, cuja produção eu próprio coordenei), ao armamento, às técnicas de combate, às principais batalhas da Guerra dos Cem Anos e da Guerra Civil castelhana de 1369 (aliás, excelentemente maquetadas) e, em particular, à narrativa da Batalha de Aljubarrota. Neste particular, podem apreciar-se bons quadros, esquemas, fotografias e outros materiais alusivos à topografia do terreno, à marcha de aproximação dos exércitos castelhano e português, às posições ocupadas por ambos os contendores e às manobras a este respeito efectuadas por cada qual, ao decurso da batalha (para o que existe uma grande maqueta luminosa) e às escavações efectuadas por Afonso do Paço no Campo Militar, entre 1958 e 1960. Curiosamente, toda esta informação (módulos 13 a 17) está concentrada na sala n.^{Q} 3. De facto, os 88 m2 da última sala (justamente a que possui o citado janelão sobre o campo de batalha) são reservados para as chamadas "Consequências da vitória" alcançada em 14 de Agosto de 1385: o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, a construção do Mosteiro da Batalha, as campanhas militares de consolidação da independência, o acordo de paz com Castela e pouco mais (módulos 18 a 24). Este sub-aproveitamento, intencional, decorre da circunstância de esta sala ter sido, desde o início, pensada para ser utilizada como auditório, nomeadamente para acolhimento de um diaporama. Desde Março de 2001 que esse audio-visual (e um auditório com capacidade para 40-50 pessoas) ali estão de facto instalados, na sequência de uma valiosa oferta de equipamento devida à Fundação Oriente. Eu próprio tive, aliás, o prazer de co-produzir o citado diaporama, em colaboração e sob a orientação competentíssima do Dr. José Isidro Morais (que assina também o diaporama do Museu Monográfico de Conímbriga).

No que diz respeito à forma como toda esta informação é transmitida ao visitante, tem de recordar-se que o Museu que aqui consideramos foi pensado e construído há cerca de uma quinzena de anos, com meios materiais muito limitados e numa altura em que uma boa parte da historiografia académica portuguesa acolhia ainda, preferencialmente, uma leitura (de inspiração 'sergiana') burguesa, revolucionária e nacionalista da Crise de 1383-85. Não espanta, por isso, que, apesar do notável esforço para garantir alguma variedade de quadros e de leituras, muita da informação (parte dela a necessitar já de alguma actualização) seja apresentada em suportes algo rudimentares, vivendo muito à base de pequenas colagens de textos um pouco densos e de leitura algo cansativa, entremeados com mapas (alguns deles de muito boa qualidade) e com gravuras, didácticas mas, aqui e além, sobre-legendadas e um pouco espartilhadas.



Pormenor da sala n ° 5 *(piso superior): a narrativa da batalha*

Como é óbvio, a inexistência de peças originais ou de exposições temporárias, além de uma inevitável (nos termos da concepção que inspirou a organização deste espaço) promiscuidade de linguagens museológicas distintas (imagem/palavra/objecto) não ajudam, tanto quanto seria desejável e merecido, a valorizar o conteúdo do Museu.

Por estes motivos, creio que um dos vectores de modernização do conjunto do Campo Militar de S. Jorge deverá passar por uma ampla reorganização interna do respectivo museu. Graças aos valiosos apoios com que, para uma primeira concepção desta tarefa, tenho podido contar[2], atrevo-me a enunciar aqui as principais linhas de força que, na minha modesta opinião, deverão presidir a um tal programa.

a) em primeiro lugar, creio que seria essencial fazer uma nova opção, em termos de concepção e aproveitamento daquele espaço. Ou seja, penso que este Museu deveria ser essencialmente *entendido como um Museu Militar*. É essa, não só a sua designação, como também a sua vocação, já que o edifício de que estou a falar se acha implantado no próprio campo da batalha de Aljubarrota ! Sendo assim, creio que deveríamos assumir de vez este Museu como um museu *in situ,* de acordo, aliás, com a tendência moderna que tem conduzido à musealização do património no seu contexto natural (vejam-se os casos dos museus industriais, ou dos parques culturais e arqueológicos), um fenómeno que se encontra estreitamente relacionado com o enorme crescimento do turismo cultural no mundo moderno. A decorrência mais directa desta opção consistiria em diminuir consideravelmente o espaço actualmente reservado (no piso inferior) à caracterização do Ocidente na Baixa Idade Média e até à contextualização histórica da Crise de 1383-85, em benefício de uma abordagem de temas mais especificamente relacionados com a história militar medieval. O que não significa, obviamente, que estes sejam

[2] Agradeço aqui, muito reconhecido, às Senhoras Dras. Adília Alarcão (ex-directora do Museu Monográfico de Conímbriga e actual directora do Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra) e Ana Margarida Serra Ferreira (directora do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco), bem como ao senhor Arquitecto João Mendes Ribeiro (da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra) as visitas que fizeram ao local, bem como as numerosas sugestões e advertências que, posteriormente, tiveram a amabilidade de me fazer chegar.

apresentados 'a seco', sem qualquer sensibilização ou integração do visitante do Museu na respectiva época histórica. O que acho é que isso pode e deve fazer-se por outros meios, muito mais incisivos e com enorme economia de espaço: penso, concretamente, num bom diaporama, dirigido a este objectivo e que, eventualmente, projectado a partir do andar superior (da zona do varandim voltada para a parede norte, onde poderia funcionar um écran de corrimento eléctrico), pudesse contextualizar toda a visita e ambientar os passantes ao longo de todo o percurso. Em suma, implantado num dos poucos campos de batalha conhecidos do Ocidente medieval, onde se fizeram e fazem ainda escavações de alguma importância histórica, o Museu de Aljubarrota deveria acolher toda a informação científica resultante dos modernos estudos de história militar medieval portuguesa e, funcionando como uma verdadeira interface, devolvê-la devidamente 'digerida' e de forma sugestiva aos seus visitantes.

b) em segundo lugar, e em decorrência directa do que sugerimos antes, seria inevitável cons truir um novo itinerário para a visita ao Museu. Em minha opinião, este novo 'guião' deve ria conduzir o visitante por uma sequência de módulos ou nichos temáticos, todos eles rela cionados com a arte militar medieval e convenientemente encadeados. Assim, por exemplo, começar-se-ia pelo recrutamento das tropas, seguindo-se-lhe uma secção sobre o armamento, outra sobre a formação dos quadros militares (incluindo os torneios e as justas, um tema que, em Portugal, suscita tantas recriações anacrónicas), depois uma outra secção sobre as estra tégias e tácticas próprias das guerras medievais, outra sobre a castelologia e as operações de cerco, outra ainda sobre a 'guerra de guerrilha' e, finalmente, uma última sobre o caso con creto da batalha de Aljubarrota. Portanto, um total de sete módulos para as quatro salas e os cerca de 300 m2 disponíveis, o que se me afigura perfeitamente razoável.

c) uma terceira opção a tomar deveria ser, quanto a mim, a de uma reformulação geral da lin guagem utilizada para a transmissão de toda a informação seleccionada. Neste particular, pare ce-me de todo conveniente reduzir substancialmente a quantidade de texto actualmente apre sentado, em benefício de meios audiovisuais e interactivos (p. ex. pequenos filmes sobre alguns dos temas em apreço, jogos de computador com recriações correctas de realidades his tóricas) e de uma mais abundante e criteriosa exibição de peças (ainda que tratando-se de réplicas, por exemplo de armas). Também seria interessante, e exequível, investir no fabrico de algumas maquetas (p. ex. na do castelo de Porto de Mós, ou de Leiria), as quais ajudariam em muito o visitante no seu esforço de apreensão da realidade que o Museu pretende recor dar. A este propósito, acrescente-se que nos parece que valeria ainda a pena tentar transformar a actual maqueta de reconstituição da Batalha de Aljubarrota, dotando-a de animação (por meios mecânicos ou informáticos), de forma a ela poder sugerir, não apenas a posição de par tida dos dois exércitos em confronto, mas também as diversas fases em que se desenvolveu o combate. Ao mesmo tempo, parece-me bastante óbvio que o módulo respeitante à Batalha de Aljubarrota (o último, segundo a nossa proposta de guião) deveria ser transferido para a sala n.º 4, pois é aqui que se encontra o já citado janelão sobre o campo de batalha e onde, por tanto, a ligação entre o Museu e o espaço envolvente se faria de forma natural. Isso funciona ria, de resto, como um convite dirigido ao passante para que, depois da visita ao Museu, conhe cesse então o terreno onde se feriu o combate que lhe deu origem. Ainda dentro desta tercei ra alínea, deve também sublinhar-se a vantagem que haveria em aliviar a sobreposição de lin guagens museológicas distintas, procurando, na medida do possível, distinguir as zonas em que se recorreria a cada uma daquelas soluções (exibição de peças/escrita/audiovisuais/maquetas). Por outro lado, é evidente que a maneira de apresentação da informação sob a forma de texto terá de ser completamente revista e modernizada (designadamente com recurso a placas lumi nosas, entre outras soluções), tornando-a mais atraente, mais sóbria e muito menos densa. Outra boa solução consistiria em 'fechar' pelo menos alguns dos nichos e canteiros actualmente existentes, de modo a poder utilizá-los como vitrinas de exposição de materiais.

d) Em quarto e último lugar, e como resultante de grande parte do que se disse atrás, parece-me que se deveria caminhar no sentido de criar no interior do Museu um ambiente mais consentâneo com o acontecimento que lhe deu origem (uma batalha campal entre dois exércitos régios). Quer dizer, penso que se deveriam reduzir as entradas de luz (opção que, de resto, se tornará inevitável no caso de se enveredar pelo diaporama de contextualização que há pouco sugeri), ao mesmo tempo que se deveria talvez reponderar (no sentido do seu escurecimento) a coloração das placas de madeira que cobrem a maior parte das paredes das quatro salas. Por outro lado, a introdução de um circuito de som (associado ou não ao dito diaporama), poderia ajudar à recriação de um ambiente dramático que me parece mais consentâneo com a lógica (exterior e interior) de um edifício implantado no mais importante campo de batalha português.

Em conclusão, adequar o Museu à função social e cultural que ele cumpre no meio em que está implantado, renovar a solução de itinerário que se propõe para a sua visita, a sua linguagem e a informação que ele transmite a quem o procura (no sentido da sua modernização e actualização, mas com o máximo aproveitamento possível de todo o material de boa qualidade que já lá existe) e, finalmente, dotá-lo de um ambiente sugestivo e adequado à época e aos temas que ele trata, parecem-me ser as principais opções de fundo a tomar.

Subsidiariamente, gostaria ainda de acrescentar que seria muito bom se parte da zona adjacente (plana, ajardinada e arborizada, como já expliquei acima, embora a precisar urgentemente de uma mais abundante e rigorosa sinalização histórica) pudesse ser aproveitada como complemento didáctico e lúdico da visita museológica. Ou seja, por que não instalar, ao menos em certas semanas do ano (lectivo ou turístico), uma pequena tenda reconstituindo a oficina de um armeiro medieval fabricando, por exemplo, cotas de malha ou escudos (justamente dois tipos de peças cujas réplicas o Museu não possui ainda) ? Por que não organizar, nessas semanas, pequenos corredores propícios ao tiro com arco e com besta contra fardos de palha coloridos instalados à distância?

Trata-se de soluções que estamos habituados a ver por essa Europa fora, na sequência de visitas a castelos ou a outros monumentos militares. Mais espaçadamente, poder-se-ia também enveredar por projectos mais ambiciosos, como reconstituições de justas, de torneios medievais ou mesmo da própria batalha de Aljubarrota, as quais contariam decerto com a colaboração dos municípios adjacentes e que suscitariam, sem dúvida, uma grande adesão popular.

Assim haja energia e meios para tudo isto. Neste particular, dependemos sobretudo dos apoios que o Estado (Ministério da Cultura, Ministério da Defesa, IPPAR, ...) nos venha a conceder. Oxalá eles não nos sejam negados, o que - trabalhando sempre num registo pluridisciplinar e segundo um critério que não pode ser outro senão o da qualidade, em tudo quanto ali venha a ser feito - permitiria converter o Campo Militar de S. Jorge e o Museu Militar da Batalha de Aljubarrota, que nele se encontra implantado, num espaço de grande interesse científico e pedagógico de toda a Região Centro, se não mesmo de todo o Portugal.